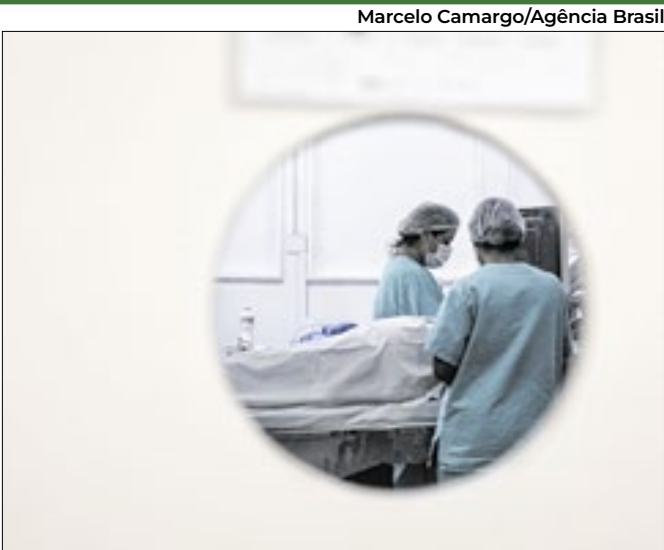


CORREIO NACIONAL



Mulheres com endometriose terão duas novas opções

SUS oferta novos tratamentos para endometriose

Mulheres com endometriose terão duas novas opções de tratamento de base hormonal para a doença via Sistema Único de Saúde (SUS): o dispositivo intrauterino liberador de levonogestrel (DIU-LNG) e o desogestrel. Ambos foram recentemente incorporados à rede pública depois de receberem recomendação favorável da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec).

Em nota, o Ministério da Saúde detalhou

que o DIU-LNG suprime o crescimento do tecido endometrial fora do útero e figura como uma opção para mulheres com contraindicação ao uso de contraceptivos orais combinados. “A nova tecnologia pode melhorar a qualidade de vida das pacientes, uma vez que sua troca só é requerida a cada cinco anos, o que contribui para aumentar a adesão ao tratamento.”

Já o desogestrel, segundo a pasta, pode reduzir a dor e dificulta a progressão da doença.

Estratégia Nacional de Saúde

A Câmara dos Deputados aprovou hoje (8) o projeto de Lei (PL) 2583/2020 que institui a Estratégia Nacional de Saúde, para fortalecer a indústria nacional e a pesquisa no setor de saúde, com o objetivo de assegurar a autonomia do Brasil na produção de insumos médicos e equipamentos de saúde. A ini-

ciativa, aprovada por 352 a favor e 63 contrários, traz diretrizes para o incentivo à pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico, para fortalecer as indústrias nacionais, reduzir a dependência externa e fortalecer o Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS). O texto segue para o Senado.

Aproximação de agressor e vítima

A Câmara dos Deputados aprovou hoje (8) o Projeto de Lei (PL) 6020/23, que estabelece descumprimento de medida judicial a aproximação do agressor de áreas delimitadas pelo juiz para proteção de vítima de violência contra a mulher, mesmo com o seu consentimento. A proposta segue para ava-

liação no Senado.

O projeto altera Lei Maria da Penha, no trecho em que trata das medidas protetivas.

Nos casos em que ocorra a aproximação voluntária do agressor às áreas delimitadas por decisão judicial, ele poderá ser punido com reclusão de 2 a 5 anos e multa.

Mortalidade por hepatites reduzida

O Brasil conseguiu reduzir a mortalidade por hepatites nos últimos dez anos com o avanço da vacinação. É o que indica o Boletim Epidemiológico de Hepatites Virais, lançado na terça pelo Ministério da Saúde. O levantamento traz um panorama dessas doenças no país. A iniciativa integra a mobilização

do Julho Amarelo, mês dedicado à conscientização sobre o tema. Segundo o boletim, em relação à hepatite B, entre 2014 e 2024, o Brasil registrou uma queda de 50% do coeficiente de mortalidade, que passou de 0,2 óbito por grupo de 100 mil habitantes para 0,1 óbito por 100 mil habitantes.

Olimpíada do Tesouro Direto

A premiação para a edição deste ano da Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira (Olitef) vai distribuir R\$ 4 milhões aos 10 mil alunos mais bem colocados na competição. Conforme o edital da olimpíada, cada participante premiado receberá R\$ 400 em títulos

públicos do Tesouro Selic. A iniciativa busca incentivar a educação financeira entre os estudantes do 6º ano do ensino fundamental até o 3º ano no ensino médio. Alunos de escolas públicas e privadas, além daqueles da educação de jovens e adultos (EJA), estão aptos a participar.

Atribuição de cargos

A Escola Nacional de Administração Pública publicou no Diário Oficial da União de terça a segunda retificação do edital do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) de 2025. Entre os destaques da nova revisão, está a alteração da quantidade e a distribuição de vagas

imediatas dentro de um mesmo bloco temático, como é o caso do bloco 1: seguridade social: saúde, assistência social e previdência. Neste caso, o cargo de assistente social, na especialidade “serviço social”, passou de 26 vagas para 80, no total, distribuídas da seguinte forma.

Câncer de mama: ato cobra acesso a tratamento do SUS

Meta da manifestação é facilitar medicações aos pacientes

José Cruz/Agência Brasil



Medicamentos já constam no Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas

Pacientes oncológicos e representantes da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama) realizaram na quarta manifestação, em frente ao Ministério da Saúde, em Brasília, em prol do acesso a tratamentos para a doença em estágio avançado e metastático via Sistema Único de Saúde (SUS) já aprovados, mas ainda não disponibilizados.

O objetivo, segundo a Coordenadora de comunicação da Femama, Mely Paredes, é sensibilizar a pasta a promover o acesso a medicamentos que já constam no Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do câncer de mama, conhecido como PCDT Rosa, publicado em dezembro do ano passado.

“A função desse protocolo, a razão dele existir é que ele padroniza e regulamenta todas as linhas de cuidado do câncer de mama, com todas as medicações de cada linha de tratamento. A gente tinha medicações que tinham sido incorporadas em 2021 e 2022 para câncer de mama metastático e avançado que não eram disponibilizadas para os pacientes porque não ti-

nha regulamentação”, explicou.

A mobilização desta quarta-feira faz parte da campanha PCDT Rosa: quantos passos faltam?, que faz alusão à caminhada pelo acesso ao tratamento para câncer de mama, colocando em passos dados o tempo de aprovação e a disponibilização das terapias na rede pública.

“Em 5 de junho deste ano, completaram-se seis meses da publicação do documento e o acesso às medicações para tra-

tamento de câncer de mama avançado e metastático ainda não acontece. O que acontece com essas pacientes? Não é que elas ficam sem tratamento. Elas recebem os tratamentos disponíveis dentro dos centros de saúde, mas que não são os mais adequados.”

O Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) de câncer de mama, aprovado em dezembro de 2024, tem como objetivo otimizar o acesso ao

diagnóstico e ao tratamento da doença no SUS, padronizando o cuidado e regulamentando a disponibilização de terapias.

Segundo a Femama, apesar da aprovação do documento, grande parte das mulheres com câncer de mama avançado e metastático em jornada oncológica na rede pública não têm acesso aos novos medicamentos incorporados, o que reduz a qualidade de vida e mesmo a taxa de sobrevida.

Os sinais do perigo estão em casa

Tomaz Silva/Agência Brasil



Especialista diz que lei mais dura não é o bastante

vier, é urgente que pais, professores e cuidadores estejam atentos às manifestações comportamentais das crianças e dos jovens. “Os sinais de alerta que podem indicar um sofrimento psíquico profundo incluem mudança de comportamento repentina, tendendo ao isolamento social, assim como falas e comportamentos mais agressivos, que podem ser sugestivos de um sistema nervoso em sofrimento”, afirma. Segundo a especialista, “o comportamento de uma criança

é sempre uma forma de comunicação; os pais precisam estar atentos, pois o isolamento social e o silêncio na adolescência muitas vezes são o primeiro grito de socorro que ela está dando”.

A especialista destaca ainda a importância de observar não apenas as vítimas, mas também os autores e os “espectadores silenciosos” de episódios de violência, como o bullying. “O bullying afeta a saúde mental, comprometendo diretamente a autoestima dos envolvidos.

Como vítima, pode levar a consequências como ansiedade, depressão e isolamento social. O agressor, por sua vez, tem comportamentos disfuncionais intensificados quando situações de bullying não são conduzidas de forma adequada, podendo agravar a agressividade e a impulsividade”, explica. “Precisamos estar atentos não só às vítimas diretas, mas também aos telespectadores, que em muitos casos podem desenvolver sentimentos de culpa e ansiedade frente às situações que presenciam.”

Outro ponto de preocupação é o impacto das redes sociais sobre crianças e adolescentes. A facilidade de acesso a conteúdos violentos, desafios perigosos e grupos de incentivo à autolesão expõe jovens ainda em desenvolvimento a riscos graves. “Devido ao cérebro ainda imaturo, infelizmente eles são alvos fáceis de desafios perigosos no ambiente virtual. É nesse cenário que entra a responsabilidade dos cuidadores, através de práticas educativas”, conclui.

STF

Contribuição para pensão de bombeiros e policiais do DF

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai definir se a União pode cobrar de policiais e bombeiros militares do Distrito Federal a contribuição para pensão militar instituída para integrantes das Forças Armadas. A discussão, feita no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1442005, teve repercussão geral reconhecida. Com isso, o entendimento que vier a ser tomado no caso deverá ser seguido por todas as instâncias do Judiciário em processos que discutam o mesmo tema. Ainda não há data para esse julgamento. A discussão gira em torno da validade dessa cobrança feita pela União, e não pelo Distrito Federal.

STJ

Metas do sistema de precedentes obrigatórios

Estão abertas as inscrições para os interessados em participar como oradores da audiência pública que vai discutir a importância das metas para o sistema de precedentes obrigatórios no Poder Judiciário. O evento virtual será realizado às 10h do dia 29 de julho, na plataforma Zoom, com transmissão ao vivo pelo canal do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Youtube.

Cada um dos palestrantes terá até dez minutos para se manifestar. A publicação da lista final de habilitados, com os respectivos horários de apresentação, será divulgada no dia 23 de julho, em notícia no portal do STJ.

TSE

Prêmio Nacional de Jornalismo do Judiciário

O II Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário — Direitos Humanos e Tecnologia recebeu 241 reportagens inscritas, número que reforça o interesse de jornalistas de todo o país em cobrir a atuação do Judiciário na promoção da cidadania e no uso ético da tecnologia.

A iniciativa busca destacar o papel do Judiciário em questões importantes, como a defesa dos direitos humanos, da justiça social e da cidadania. Além de ressaltar a função de cada um dos tribunais e dos conselhos no dia a dia da sociedade, o prêmio também visa estimular a produção de conteúdo jornalístico sobre a atuação desses órgãos.

TCU

Regras para fiscalização de recursos das loterias

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o Ministério do Esporte crie regras e procedimentos claros para acompanhar o uso de recursos públicos provenientes das Loterias Federais e que são repassados às Secretarias de Esporte dos estados e do Distrito Federal. Esses recursos vêm de parte da arrecadação de jogos prognósticos numéricos, como a Mega-Sena, e são transferidos todos os anos diretamente aos entes estaduais.

A decisão do Plenário foi tomada na sessão de quarta e consta do processo de acompanhamento TC 007.748/2023-0, de relatoria do ministro Walton Alencar Rodrigues.